

# História e paisagem: Explorando um conceito geográfico monista<sup>1,2</sup>

**Pedro S. Urquijo Torres**

CIGA / UNAM

**Narciso Barrera Bassols**

CIGA / UNAM

Tradução:

**Victória Tupini**

PPGIELA / UNILA

---

**1** Nota dos editores: o texto foi originalmente publicado, em espanhol, no periódico *Andamios* (ISSN 1870-0063), v. 5, n. 10, p. 227-252, 2009. Agradecemos aos autores e editores da revista pela gentileza de nos permitirem a tradução e a publicação.

**2** A pesquisa de que deriva o artigo foi apoiada pelo projeto PAPIIT-DGAPA (chave IN306806), escrito para o Centro de Pesquisa em Geografia Ambiental – UNAM. Com isso, os autores agradecem a colaboração de Dr. Gerardo Bocco Verdinelli na revisão no texto.

## **História e paisagem. Explorando um conceito geográfico monista**

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo revisar o devir histórico e a historiografia do conceito geográfico de paisagem, afim de mostrar sua pertinência operativa nos estudos ambientais, mediante análises homeostáticas de seus elementos tanto biofísicos quanto socioculturais. Para isso, ponderamos a utilidade de um enfoque epistêmico monista – a paisagem como uma totalidade onde não há separação de seus componentes –, frente ao dualismo manifesto na dicotomia natureza-sociedade, comum no pensamento científico dominante, que pouco contribui para um entendimento completo do meio, em um contexto de emergência ecológica global.

**Palavras-chave:** paisagem, natureza, cultura, sociedade, história, monismo, dualismo.

## **Historia y paisaje. Explorando un concepto geográfico monista**

### **Resumen**

*El presente artículo tiene por objetivos revisar el devenir histórico y la historiografía del concepto geográfico paisaje, a fin de mostrar su pertinencia operativa en los estudios ambientales, mediante el análisis homeostático de sus elementos tanto biofísicos como socioculturales. Para ello, ponderamos la utilidad de un enfoque epistémico monista —el paisaje como una totalidad en la que no hay separación de sus componentes—, frente al dualismo manifiesto en la dicotomía naturaleza-sociedad, común en pensamiento científico dominante, que poco contribuye a un entendimiento cabal del medio, en un contexto de emergencia ecológica global.*

**Palabras clave:** paisaje, naturaleza, cultura, sociedad, historia, monismo, dualismo.

## **History and landscape: exploring a monist geographical concept**

### **Abstract**

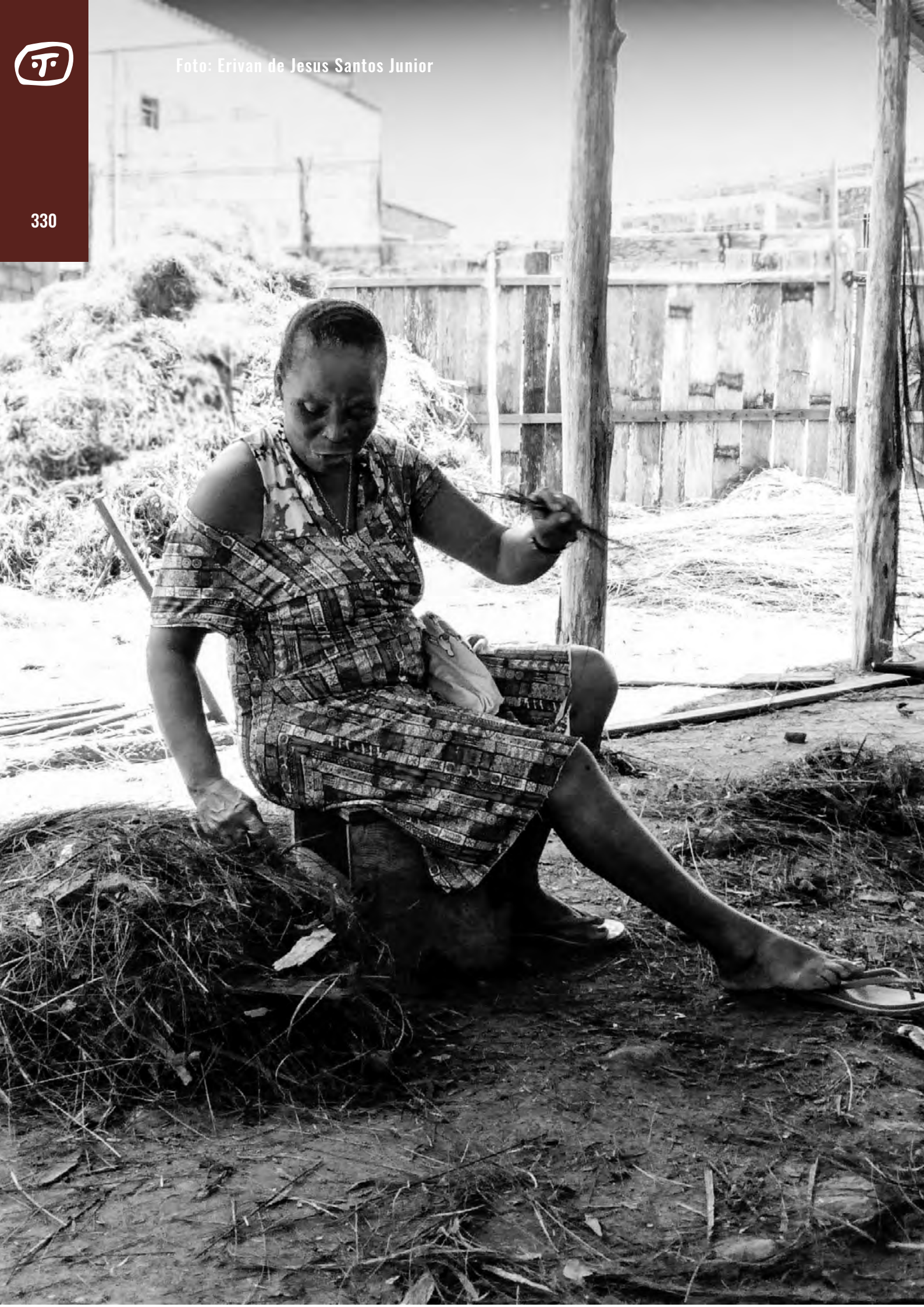
*This article offers insights concerning the historical display and the historiography of landscape as a geographical concept. The paper emphasizes the theoretical and practical robustness of this notion in environmental studies. To this end, the paper presents an homeostatic analysis of the biophysical and socio-cultural components of landscape. Taking this into account, we assess the strength and usefulness of a monist epistemic approach –which looks at the landscape as a totality that can not be fragmented by separating its various and complex components–. This in contrast to the dualistic epistemic view that is substantiated by the nature-culture dichotomy. The last approach became a common discourse within the dominant scientific thought, but it is increasingly problematic for a comprehensive understanding of our emergent (environmental) socio-ecological reality.*

**Keywords:** Landscape, nature, culture, society, history, monism, dualism.



Foto: Erivan de Jesus Santos Junior

330





## Natureza-sociedade

O estudo científico sobre as relações ou polarizações entre os componentes naturais e sociais em um espaço não é, de maneira nenhuma, novo. Nos últimos cem anos, considerando somente a antropologia – em sua orientação ecológica – e a geografia, foram estudados os vínculos entre diversas coletividades humanas e seus ambientes. A antropogeografia, a ecologia cultural, a antropologia cognitiva, a ecologia humana, e a ecologia da paisagem ou a etnoecologia são alguns dos enfoques a partir dos quais se indagou a respeito do vínculo natureza-sociedade (MILTON, 1996, 1997). Em momentos distintos e com argumentos diversos, ponderou-se acriticamente sobre a hegemonia de uma sobre a outra. Essa polaridade foi reforçada por uma rígida divisão acadêmica do trabalho e de estruturas institucionais divididas em “ciências duras”, física e biologia, e em “ciências brandas”, sociais e humanidades. No entanto, como referente epistêmico, essa dicotomia tornou-se demasiadamente inoperante em face à emergência de nossas realidades ambientais.

Ao final da década de 1980, o sociólogo da ciência Bruno Latour enfatizava o equívoco epistêmico de vários cientistas que pretendiam realizar suas pesquisas a partir de conceitos puros, derivados de posturas dualistas: “já não são termos explicativos, mas ao contrário, requerem uma explicação conjunta” (LATOURE, 1989, p. 108). O questionamento à análise dicotômica natureza-sociedade foi assunto comum entre vários pesquisadores que, como Latour, notaram a inoperância de uma perspectiva dual. Entre eles, podemos mencionar Edgar Moran (1990), Timothy Ingold (1992), Arturo Escobar (1996) e Philippe Descola (2001). Os argumentos e debates a esse respeito geraram gradualmente o desaparecimento das velhas noções de natureza e sociedade, como campos de análises independentes, e emergiram conceitos aparentemente integrais, tais como “biodiversidade”, “socioambiente”, “biocultura” ou “natureza híbrida” (ESCOBAR, 1999). A aparição de tais conceitos evidenciou a preocupação em se propor pesquisas integrais e interdisciplinares, mas também revelou vazios epistêmicos e/ou ambiguidades conceituais de cientistas ou grupos científicos proponentes.

Por um lado, especialistas biofísicos – principalmente biólogos e ecólogos – interessados na integralidade ou na “complexidade” da proclamada “pós-normalidade”, mas distantes das teorias sociais, realizaram pesquisas que, devido ao mesmo distanciamento no manejo dessas teorias e aos preconceitos a seu respeito, resultaram em meros relatos monográficos sustentados em dados quantitativos, carregados de terminologias biológicas aplicadas arbitrariamente a fenômenos e fatos sociais: “análises qualitativas dos ecossistemas”, “evolução cultural”, “metabolismo cultural”, entre outros. Nesses casos, a análise integral foi resolvida com aparelhamentos semânticos de duvidosa fabricação (URQUIJO, 2008c).

Por outro lado, alguns pesquisadores formados nas ciências sociais, partidários de modelos teóricos construcionistas radicais, levaram ao extremo a integralidade natureza-sociedade, ao ponto de negar a existência de uma realidade biofísica pré-discursiva e presencial da natureza. A partir desse enfoque, o mundo era incognoscível e carecia de sentido de si mesmo. A confusão se deu, em parte, por não se distinguir a “natureza” como coisa – *suppositio simplex* –, como conceito – *suppositio naturalis* – ou como nome – *suppositio personalis* – (JACORZYNSKI, 2004). Como apontam David Saurí e Martí Boada (2006), processos como a fotossíntese, a polinização ou a força da gravidade existem plenamente e não são uma construção humana – ainda que humanos sejam os que dão nome e explicação. O que é melhor questionar não é a preexistência do mundo biofísico – um questionamento de tipo ontológico –, mas as percepções que se tem sobre esse mesmo mundo biofísico – um questionamento de tipo epistêmico.

Na atualidade, portanto, é mais que necessário repensar os modelos de análises das complexidades ambientais, questionando posturas universais da ciência como unívoco pensamento objetivante, e através de uma análise contextual que permita não fazer distinções entre os aspectos naturais e sociais do meio (URQUIJO, 2008c). Como ponto de partida, nossa sugestão é assumir uma postura monista, em que a natureza e a sociedade se localizam inseparavelmente em um marco comum ou como uma totalidade, enfatizando a vinculação holística do ser humano nos processos ecológicos e incluindo aspectos que as ciências biológicas abordavam por alto, tais como a mente humana, a religião, o ritual e a estética (RAPPAPORT, 1997; HORNBORG, 2001). A postura monista, na análise ambiental, permite-nos superar a falsa dicotomia que pesa sobre as teses dualistas e que concebem natureza e sociedade como sistemas separados e autônomos, ou, no melhor dos casos, sutilmente matizados a partir de uma abordagem de esferas *dialeticamente interconectadas* por fluxos de complementos e suplementos (PÁLSSON, 2001).

Herança da filosofia clássica, presente na metafísica estóica e nos postulados neoplatônicos de Plotino, o monismo – do grego *monás*, unidade – é uma das mais fecundas noções que, em sua origem, faz alusão a um universo formado por uma só substância, em que os elementos divinos, naturais e humanos são uma e a mesma coisa. Tal pensamento clássico serviu de base para que, no século XVII, o filósofo holandês Baruch Spinoza propusesse uma solução para o dualismo cartesiano, através de um sistema monista: dentro da unidade, só há uma substância; não existe diferença real entre a pedra, o ser humano ou a nuvem. O mundo sensível, que nos rodeia, é ilusório. A distinção é a “condição da substância” (XIRAU, 2000). Longe das implicações teológicas que a noção de monismo pode apresentar em seu entorno epistêmico, há um entendimento contemporâneo – particularmente na filosofia antropológica –, em que a natureza e a sociedade são colocadas em um processo homeostático, sempre complexo, em mudança e imprescindível. O desafio está em encontrar os meios teóricos e os instrumentos práticos adequados para confrontar os estudos interdisciplinares com esse enfoque epistêmico. No presente artigo, propomos uma possibilidade.

Para aproximarmos de uma postura monista, devemos nos referir à geografia, disciplina cujo tema central é – ou deveria ser – a relação intrínseca entre natureza-sociedade, independentemente dos diversos enfoques de tipo dualista ou monista que abordam ou os campos de especialização de seus praticantes. Neste sentido, a paisagem é um conceito-chave na abordagem de pesquisas referentes à configuração territorial, ao estabelecimento de redes e escalas espaciais, à percepção, à intervenção e/ou aos manejos da natureza. A perspectiva de paisagem é uma forma viável para a realização de pesquisas com enfoques monistas, e que também possibilitem a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

## **Mas o que é paisagem?**

Chamamos de paisagem a unidade espaço-tempo em que elementos da natureza e da cultura convergem em uma sólida, mas instável comunhão. Trata-se de uma categoria de aproximação geográfica que se diferencia do ecossistema ou geossistema (SOCHAVA, 1972) – conceito que explica o funcionamento puramente biofísico de uma fração de espaço (GARCÍA, 2002) – e do território – unidade espacial socialmente moldada e vinculada a relações de poder (RAFFESTIN, 1980). Na paisagem confluem tanto aspectos naturais quanto socioculturais; de tal forma que ela é a dimensão cultural da natureza (SAUER, 1995; OJEDA, 2005), ou melhor, a dimensão natural da cultura. A concepção de paisagem implica, assim, uma postura unificadora frente à dicotomia natureza-cultura – comum no pensamento científico dominante –, que dificulta qualquer compreensão ecológica e social do ontem, do hoje ou do futuro (URQUIJO, 2008a).

Para além do âmbito científico, o ser humano, de forma individual ou coletiva, se encontra em cotidiana interação com suas paisagens, de maneira inextricável. A vestimenta apropriada para o clima, os instrumentos adequados para sulcar o relevo, caminhos coloridos entre árvores frondosas, os canais de drenagem, os quiosques de verão, as avenidas e os bairros urbanos ou as plantações de milho em encostas são algumas das adaptações culturais com as quais os seres humanos modificam ética e esteticamente suas naturezas, conformes suas muito particulares condições espaciotemporais e de acordo com seus contextos. Por isso, qualquer estudo da paisagem é apenas parcialmente compreensível sem sua história social. Ao adentrarmos na historicidade de uma paisagem, acessamos a identificação das recriações, continuidades ou rupturas das lógicas na permanente transformação do meio, pois as formas paisagísticas são definidas em diferentes momentos históricos, ainda que coexistentes no momento atual (SANTOS, 2000; CONTRERAS, 2005). A história da paisagem nos permite, assim, conhecer como as coletividades humanas viram e interpretaram o espaço imediato, como o transformaram e como estabeleceram vínculos com ele.

Se a paisagem se entende e intervém em função dos contextos espaciotemporais e de diversos sujeitos sociais, devemos considerar, então, distintas formas de percepção e intervenção paisagística. Por isso, em uma mesma paisagem podemos encontrar aspectos e intervenções que se confrontam: de um lado, aqueles que fizeram seu meio com a força do devir e, de outro, aqueles que estão de acordo com as modas, as formas, os paradigmas e as técnicas herdadas de visões externas ao lugar e seus atores. (FERNÁNDEZ, 2006; URQUIJO, 2008b; URQUIJO, 2008c). Portanto, uma indagação do tipo monista não pode se limitar a uma só “leitura” espacial, mas deve propiciar um entendimento compartilhado que inclua distintas escalas e níveis de poder implícitas, isto é, a historicidade e a sensibilidade no acesso aos recursos que o meio oferece.

Para sua análise, a perspectiva paisagística implica uma operação cognitiva. O sujeito observador se aproxima da paisagem no momento que dirige sua perspectiva ao entorno. *Percebe* com seus sentidos o que lhe é vislumbrado e pouco a pouco faz um recorte do meio, como uma espécie de polígono mental – em termos cartográficos. *Percepção* deriva do latim *percipio*, “olhar e captar”; sendo assim, em um exercício perceptivo, entende-se simultaneamente tanto o processo contemplativo quanto o entendimento cognitivo do meio. Portanto, a percepção é a maneira pela qual o eu conhece o mundo (HUSSERL, 1995). Um passo seguinte à percepção constitui a fragmentação dos elementos contidos no *quadro da natureza*, analisando o detalhe, para novamente agrupá-los e devolver a vida ao *todo* paisagístico. A ótica aplicada pelo observador pode ter quatro intencionalidades básicas (GÓMEZ, 2006). Em primeiro lugar, temos uma visão *estética*, da qual encontramos projeções posteriores na pintura, na fotografia, na literatura ou na tradição oral. Outra ótica é a *vivencial* ou *utilitária*, pela qual a paisagem é percebida como um espaço provedor de recursos. Também se pode observá-la como paisagem *identitária*, aquela que inspira o sentimento de pertencimento; isto é, a paisagem vivida. Finalmente, o observador pode possuir uma ótica *científica* ou *técnica*, fundamentalmente analítica e em que sua fragmentação é comumente argumentada para facilitar a compreensão de conjunto.

Em termos conceituais, podemos apontar uma série de características gerais da paisagem. Como produto intelectual e material de um grupo social, a paisagem *toma parte de uma cosmovisão completa* que se insere em um processo de *longa duração* (BRAUDEL, 1993; BAKER, 2004). De fato, a paisagem é um traço localizado e de uma cosmovisão que guia o comportamento humano. A cosmovisão, por sua parte, é entendida como um conjunto articulado de sistemas ideológicos vinculados entre si de maneira relativamente congruente, com o qual uma sociedade pretende apreender o universo (LÓPEZ, 1996). A paisagem é, também, uma *unidade física* de elementos tangíveis, visíveis, olfativo, auditivos e degustáveis, que pode ter um ou vá-

rios significados simbólicos ou leituras subjetivas de forte tradição estética e ética. Finalmente, a paisagem possui uma *escala humana*, quer dizer, suas distâncias podem ser percorridas a pé e seu nível de análise está localizado no imediato à percepção sensorial (Fernández, 2006).

### A paisagem pré-científica

Em si mesmo, o conceito de paisagem percorre uma história em que se evidencia o entendimento único de um meio natural percebido e interferido pela atividade humana, sempre indissociável. O conceito provém de duas raízes linguísticas diferenciadas. Uma delas, a germânica, dá origem aos termos *landschaft* – alemã –, *landskip* – holandesa –, e *landscape* – inglês. A outra, romana, deriva em *paesaggio* – italiano –, *paysage* – francês –, *paisagem* – português – e *paisaje* – espanhol. Como aponta Javier Maderuelo (2006), estas duas raízes não só mostram uma diferente construção gramatical, de acordo com os distintos hábitos linguísticos dos países do norte e do sul da Europa, como também correspondem a dois modos diferentes de entender, ver e representar o meio.

Ao longo da Idade Média, a palavra germânica *landschaft*, composta pelas partículas *land* (“terra”) e *schaffen* (“moldado”), ou seja, “o moldado do território”, equivaleria às palavras latinas *patria*, *provincia* ou *regio*. Documentado desde o século VIII (MADERUELO, 2006), o termo *Landschaft* fazia referência ao espaço onde se podia abarcar com a visão. Em inglês, os componentes do vocábulo *landscape* cumpriam os mesmos fins: *land*, “terra”, e *scapjan*, raiz germânica que significava “criar ou trabalhar”. A última mudou para *shape*, “forma ou moldado”, o que implicou em uma mudança da ênfase do ator modelador à aparência resultante, quer dizer, enquanto que *landscape* denotava a extensão representada, *landschaft* fazia referência ao processo de formação ou à transformação constante (RELPH, 1981; BERQUE, 2000; FERNÁNDEZ, 2006).

Entre as línguas romanas, o termo italiano *paese* e seus derivados, *paeseto* e *paesaggio*, mantinham o mesmo sentido que as palavras francesas *pays* e *paysage* (MADERUELO, 2006). Estes termos, do mesmo modo que *paisagem*, em português, e a *paisaje*, em espanhol, têm sua origem no vocábulo latino *pagus*, “aldeia” ou “canto”, e seu conseqüente *paganus*, “aldeado” ou “paisano”. O ablativo latino de *pagus* era *pagus*, que fazia referência à vida rural (RELPH, 1981; BERQUE, 2000; MADERUELO, 2006; FERNÁNDEZ, 2006).

Na Europa medieval, não houve uma separação radical entre natureza e sociedade, pois o ser humano se considerava parte integrante do cosmos; assim, o homem não podia olhar a natureza externamente, porque sempre estava dentro dela. A “outrização” da natureza se originou no Renascimento, entre os séculos XIV e XV. A pintura renascentista centrou-se na indagação cognitiva e espacial em torno do ser humano e seu lugar na natureza e na história, através da perspectiva: o “ver através”. O meio foi então um universo alternativo quantificável, tridimensional e apropriado e/ou interferido pelo universo humano (PÁLSSON, 2001).

Nos séculos XVI e XVII, os proprietários de terras do norte da Europa pediam para que seus domínios fossem retratados em pinturas, com o propósito de exibir os quadros resultantes nos muros de seus palácios, como símbolo de poder. Os pintores europeus se preocupavam em delinear representações paisagísticas que enaltecêssem o orgulho identitário: mares circundados por ostentosos portos, florestas exuberantes, pastos verdes ou campos férteis. A presença de pessoas se manifestava de duas formas: através de homens e mulheres trabalhando, caminhando entre árvores ou simplesmente descansando, com alguma modificação física no meio: um caminho, uma trilha, uma ponte, uma casa, um moinho ou um cerco. Essas paisagens representavam um

recorte do território através da visão subjetiva do pintor, compartilhada posteriormente com os espectadores (URQUIJO, 2008b).

Na Grã-Bretanha, entre o final do século XVIII e o início do XIX, a tradição paisagística ganhou força através do estilo denominado *pitoresco*, que fazia alusão a naturezas carregadas de conotações e significados. As imagens proporcionavam cenas do que era “apropriado” ou “de bom gosto”, marcando ideias de “status” ou “civilização”. As imagens de plantações coloniais no Caribe, na Austrália, no Canadá, na Nova Zelândia e na África do Sul procuravam evidenciar o sentimento de superioridade inglesa, ao apresentar uma suposta autoridade natural sobre os colonos e seus lugares. As ideias paisagísticas se envolveram com os intenções imperialistas europeias: a colonização foi, ao mesmo tempo, uma naturalização e uma legitimação da paisagem (Nash, 1999). Nesse contexto colonialista, as imagens paisagísticas eram utilizadas para marcar a autoridade inglesa nos novos lugares conquistados, além de para enfatizar as diferenças raciais ou de gênero. Nos finais do século XIX, a imagem das paisagens coloniais mudou frente uma postura de encontro com o “natural”: uma visão mais romântica e nostálgica das naturezas e daqueles colonizados que originalmente nelas moravam.

Não obstante o anterior, o que agora se pode entender como sensibilidade paisagística tem origem em antecedentes remotos e distantes às etimologias europeias. De acordo com Augustin Berque (1997), tal sensibilidade aparece na China, muito antes de tudo isso e de maneira distante. Se é certo que em mandarim há várias palavras para se nomear paisagem, cada uma delas expressa uma nuance específica. No entanto, o termo mais genérico e inclusivo é *sanshui*. Relaciona-se a uma filosofia taoísta e confucionista que alude à profunda inter-relação entre o estético e o ético do meio natural. O termo é composto por duas palavras: *san*, “montanha”, e *shui*, “água ou rio” e surge pela primeira vez na literatura no século IV, fazendo referência a uma imagem moral que aviva a consciência por meio da contemplação da natureza. Quer dizer, trata-se de um sentimento de contemplação do meio (*qing*), o que cria (*wei*) o belo (*mei*). Se a natureza converte-se em algo belo ou agradável de ser visto é porque ela é vista como paisagem. A sensibilidade *sanshui* passa à pintura que representa paisagens carregadas de *yi*: espírito. Mais tarde, na China, surge uma aliança íntima entre pintura, poesia, caligrafia e interpretação paisagística dos lugares ou dos estudos dos sítios: o *fengshui*. Contudo, divergindo de Berque, não se trata de encontrar a origem remota da perspectiva paisagística, mas mais especificamente indagar como as distintas maneiras, formas ou modos pelos quais a humanidade, em sua própria diversidade cultural e histórica, interagiu com suas naturezas imediatas. Além disso, podemos vislumbrar indícios mais antigos do século IV chines. Por exemplo, em *Eclesiastes*, de Salomão, e em vários outros provérbios (c. 979-930 a.C.) podem ser encontradas diferentes expressões paisagísticas-ontológicas-literárias, extremamente interessantes:

Todos os rios vão ao mar, e o mar não se enche, novamente a água correrá pelos rios. Cansarão de falar e não poderão dizer mais, mas o olho não se sacia de ver, nem o ouvido de ouvir. O que foi voltará a ser, o que se fez se fará novamente. Não há nada novo debaixo do sol” (ECLSIASTES, 1, 4-9) (cf. URQUIJO, 2008b).

Herdeiro da tradição chinesa, o conceito filosófico *zofu-tokusui*, japonês, que quer dizer “armazenando o vento, consignando a água”, era uma espécie de geomancia, entre os séculos VI ao VIII, pela qual se selecionava um lugar para um assentamento, levando em consideração a configuração da montanha e dos rios e onde fluía a energia vital da terra vinculada à água. Devendo tal lugar respeitar a relação intrínseca humanos-natureza, o povoado deveria, então, apresentar montanhas em pelo menos três de seus lados, em função de abrigo (AGUILÓ, 1999). Por outro lado, Tetsuro Watsuji (2006) apontou que o vocábulo japonês *fûdo*, composto pelos



ideogramas “vento” e “terra”, abarca uma área semântica que envolve características climáticas, edafológicas, geológicas, de relevo, de fertilidade do solo e de configuração paisagística. No fundo desse vocábulo, adivinha-se uma antiga cosmovisão que, como nos caracteres chineses *sanshui*, percebe o ambiente natural como uma circunstância inevitável da vida humana.

Longe da Europa, da China e do Japão, no México pré-hispânico, o estabelecimento de povoados era resultado de uma cuidadosa seleção do sítio, posterior a uma profunda observação do comportamento ambiental, o que implicava assegurar a estabilidade de encostas e de fontes de abastecimento de água. As sociedades náuatles, do centro do México, recorreram, assim, a formas específicas de paisagem que, além de funcionais, respondiam a critérios estéticos e cosmogônicos. A fisiografia mais comum do período pós-clássico tardio – entre o ano de 1200 e 1521 –, consistia em uma espécie de ferradura ou circunvalação formada por colinas, em cujas encostas localizavam-se os assentamentos, configurando certa ideia de “vasilha” protetora, lembrando o útero da Mãe Terra. Funcionalmente, a fisiografia desta paisagem servia para a captação de água, além de constituir um abrigo montanhoso que protegia de ventos, geadas, inundações e incursões inimigas. Além disso, este tipo de paisagem, tipificado como *rincondada* ou *xomulli*, em náuatle, oferecia um horizonte montanhoso que permitia fixar referências astronômicas para a determinação do calendário agrícola, climático e religioso (García, 2000). O assentamento humano coordenado funcional e esteticamente com o meio recebeu o nome náuatle de *altepetl*, “água-colina” – uma surpreendente coincidência com o *sanshui* chinês. Para a seleção do lugar, as formas do relevo não só se configuravam como assento específico dos *altepeme* – plural de *altepetl* –, mas também como uma invocação daqueles lugares providos de memória e sacralidade. Na seleção do lugar de fundação, os povos daquelas latitudes estudavam seu meio, sendo que o nome de cada localidade descrevia, com frequência, alguma característica da paisagem, seja de sua flora, fauna, hidrografia ou orografia. Desse modo, os valores estéticos e funcionais atribuídos à paisagem ficavam gravados na toponímia que perdura até os dias de hoje (FERNÁNDEZ, 2006). Em outras latitudes, encontramos termos equivalentes ao de *altepetl*, o que nos indica uma concepção paisagística de índole estética, geográfica, histórica e simbólica equiparável, tais como o *yucunduta* (mixteco), o *chuchu tsipi* (totonaco) ou o *an dehe nttoehe* (otomi), cuja tradução literal, em certos casos, é “água-colina”. Abundam outras palavras que, embora não sejam traduções exatas, nelas subjazem a imagem da paisagem; por exemplo, o *nass* (mixe-zoque), “terra ou solo”, ou o *teklum* (ch’ol), “árvore, terra” (FERNÁNDEZ, 2006; FERNÁNDEZ, 2007; URQUIJO, 2008b).

## A apropriação científica da paisagem

No século XIX, o conceito de paisagem passa da visão pictórica e estética ao campo da ciência e de sua própria lógica. A partir de então, é entendido como uma unidade geográfica constituída intrinsecamente por elementos humanos e naturais. A pintura paisagística, os poemas naturalistas, as crônicas e os relatos dos viajantes inspiram a concepção de um novo modo de se aproximar do meio. São os primeiros frutos de certa *modelização científica* do espaço, diferente do processo de representação estética. Os artistas – pintores, poetas, músicos ou jardineiros –, não captam necessariamente as paisagens observadas em campo, mas tomam delas o que gostam ou percebem, representando suas visões sobre o mundo (URQUIJO, 2008b; URQUIJO, 2008a). Em troca, comumente os cientistas objetivam mostrar a paisagem em suas especificidades, independentemente dos sentimentos do espectador. Ao cientista novecentista não interessavam as *aparências* das coisas, mas as *próprias coisas*, objetivizadas, congeladas (FROLOVA, 2006). Nesse momento fundante, os geógrafos, especialistas na análise do espaço, realizam construções

intelectuais em torno da paisagem, aparentemente contraditórias e subjetivas: a *separação* e a *ensamblagem* de seus componentes. Frente ao objeto de observação, a visão analítica disseca os diferentes elementos do meio, apoiando-se em dados da percepção. Logo, o pesquisador geógrafo recompõe as partes, “devolve-lhe” a vida.

A passagem da perspectiva da arte à ciência tem sua origem no movimento romântico alemão. O romantismo é um modo complexo e plural que implica, entre outros aspectos, modos renovados de ver, pensar e sentir. A coluna vertebral do enfoque romântico carrega o ressurgimento da *analogia*, procedente do neoplatonismo renascentista e que sustenta uma visão do universo como sistema de correspondências, em franca oposição às pretensões analíticas e dissociadoras do racionalismo puro. Assim, o ser humano é participante do sistema de correspondências universais: a analogia é “o espelho que permite refletir sua própria consciência individual. Qualquer coisa se corresponde com outra, cada coisa pode se ver como metáfora de outra” (ORTEGA, 1987, p. 32). Diante da paisagem, o sujeito romântico contempla, sente e imagina, mas também observa, pensa e raciocina. O que frequentemente tendem a separar-se e até opor-se – ciência e cultura –, aqui aparece imbricado. Desta maneira, modifica-se a sensibilidade diante dos fatores geográficos e surgem novas formas de percepção e compreensão do espaço, ao mesmo tempo constituindo um novo modo de aproximação à natureza. O romantismo alemão influencia, de forma significativa, as propostas de Alexander von Humboldt e Karl Ritter, ambos personagens pioneiros da geografia moderna.

O barão de Humboldt formou seu pensamento paisagístico depois da abordagem dos românticos germanos e franceses, o que o permitiu encontrar o equilíbrio das múltiplas conexões da natureza. Entendeu, assim, a paisagem como uma unidade harmônica e monista de conteúdos físicos e simbólicos relacionados com a consciência do sujeito. Mas Humboldt também teria entre suas leituras os racionalistas da época. Com essa bagagem, postulou que a objetividade e a subjetividade fundiam-se na atitude de quem percebia o natural – por mais paradoxal que nos possa parecer, hoje, era um racionalismo romântico – e, por vezes, eram tecidas as redes e as conexões da realidade do mundo natural ou do *Todo* (URQUIJO, 2008b; URQUIJO, 2008a). Para Humboldt, tentar decompor a paisagem em seus diversos elementos era um temor, pois o caráter paisagístico dependia, em si, da simultaneidade de ideias e sentimentos que moviam o observador; o poder da natureza se revelava justamente na conexão das emoções e dos fenômenos, só assim sendo possível contemplar essa cena imponente com uma visão holística.

Por sua vez, Karl Ritter afirmava que o ser humano era o que havia de mais importante a conhecer na natureza, pois era sua perspectiva cognitiva que concedia à natureza sua essência, proporcionando seus complexos significados. Justamente a visão humana permitia apreender a existência e a significação das correspondências do *Todo* harmônico. Tal vocação à totalidade, na tradição geográfica moderna pregada por Humboldt e Ritter, associou-se a uma epistemologia essencialmente dogmática e disposta a conceber a ativa presença do sujeito que conhece – a subjetividade: “todos os direitos que o objetivismo lhe nega e o romantismo resgata” (ORTEGA, 1987:40-41).

No curso entre os séculos XIX e o XX, a geografia alemã desenvolveu a discussão em torno das relações natureza-sociedade, em duas direções: como o ser humano modifica seu meio e como o meio influencia o ser humano. O raciocínio geográfico alemão deu particular importância aos processos históricos nos quais as distintas sociedades modificavam seus entornos e vice-versa, deixando no próprio terreno o registro das transformações. A porção territorial que constituía a síntese do processo era o *Landschaft*, “paisagem”; a disciplina que o estudaria seria, então, o *Landschaftskunde*, “conhecimento sobre a paisagem” (FERNÁNDEZ, 2006).

Otto Schlüter é reconhecido com um entre os primeiros teóricos da ciência da paisagem. Para ele, a análise paisagística constituía o centro de qualquer investigação geográfica. Schlüter propôs a análise da fisionomia do meio em que interagem os diferentes grupos humanos por meio de uma morfologia da paisagem cultural. Apesar de tal premissa, e começando pelo próprio Schuler, os geógrafos tiveram grandes dificuldades para incorporar os fatores sociais em seus paradigmas teóricos; isso se devia a sua racionalidade positivista e, portanto, dualista. Alfred Hettner, posteriormente, definiu a geografia como a ciência cronológica da superfície terrestre, considerando o ser humano como um “pedaço se sua essência”. Contudo, e contraditoriamente, Hettner classificou como categorias superficiais as divisões territoriais resultantes da intervenção humana, como podem ser os marcos de fronteira, as províncias ou os estados (GÓMEZ, 1983). A partir desse momento, começaram a se solidificar o binômio natureza-sociedade e as discussões e propostas em torno da dita dualidade.

Nessas premissas do século XX, também se gestava um enfoque de sínteses, isto é, a *geografia regional*, como uma reação diante das propostas desintegradoras, tais como a ecologia, postulada por Ernst Kaeckel, e a *antropogeografia* de Frederich Ratzel, que declarava uma ruptura com a tradição naturalista em nome do “humanismo”. O percussor da geografia regional – e da geografia humana do século XX –, foi o historiador francês Paul Vidal de la Blanche, seguidor dos postulados humboldtianos e ritterianos. Vidal de la Blanche rechaçava o positivismo de Auguste Comte, o determinismo geográfico e a descrição enciclopédica de lugares. O centro da disciplina era, segundo sua consideração, enfrentar o aparente dilema das relações sociedade-natureza, que vinha ganhando força graças à popularização das propostas de Ratzel. Vidal de la Blanche, então, propôs estudar as comunidades rurais em seus meios naturais, posto que a interação dinâmica dos componentes físicos e humanos – *genres de vie*, ou *gêneros da vida* – era o que concedia particularidade à paisagem. O meio natural, argumentava, era o principal harmonizador dos elementos sociais (URQUIJO, 2008b).

Um dos grandes expoentes do humanismo vidalino foi Jean Brunhes, discípulo de Vidal de la Blanche. Desde o princípio, Brunhes promoveu a escola do *possibilismo* vidalino nas relações sociedade-meio. Seu interesse, contudo, mais se orientou a temas etnográficos e sociais vinculados às raças, aos ciclos de trabalho e às enfermidades (BUTTIMER, 1980).

## A bifurcação da paisagem

Apesar das boas tentativas da escola vidalina, a separação dos estudos sintéticos dos elementos biofísicos e socioculturais na geografia tornou-se iminente: a paisagem se fragmentou em áreas de particularização e superespecialização. Ante à separação dos componentes sociais e naturais, as tendências paisagísticas dirigiram-se ao papel dominante da geomorfologia, considerada por muitos especialistas o cimento de toda a geografia. Em tais condições, e com um ambiente intelectual fortemente marcado pelo cartesianismo e pelo positivismo, a geografia tornou-se setorial e deixou de lado algumas perspectivas básicas das ciências sociais e da nascente ecologia. Com relação à última, Arthur G. Tansley (1935) tentou propor, através do conceito de *ecossistema*, a unidade ecológica básica, um instrumento de sistematização das diferentes e múltiplas pesquisas naturalistas; no entanto, a ecologia consolidou-se como uma ciência unívoca cujo objetivo era puramente biocêntrico, incapaz de realizar o escrutínio global do meio ambiente, reduzindo, a princípio, os fatos sociais a “fatores antrópicos”, ou melhor, mimetizou –os conforme sua própria visão energética sobre o funcionamento da natureza (URQUIJO, 2008b; URQUIJO, 2008a).

No contexto desta crise epistemológica, a “integralidade” da paisagem foi proposta de maneiras muito distintas: como um conjunto de indicações elementares para o ordenamento ecológico ou territorial – uso da terra –, como uma revisão metodológica – ecologia da paisagem –, ou como uma construção teórica de balanços energéticos, frequentemente sustentados por fórmulas matemáticas (FROLOVA, 2006). O caráter monista da paisagem foi se perdendo nos diferentes campos de pesquisa – geografia, ecologia, biologia, arquitetura, antropologia, arqueologia –, assim separando os componentes socioculturais dos biofísicos. Como consequência, o conceito variou segundo interesses particulares ou os objetivos das diversas pesquisas. A paisagem recebeu múltiplas definições e interpretações que podiam coincidir ou não com sua origem monista. Em outras palavras, a ciência da paisagem que iniciou o século, em poucos anos estava fragmentada: ao passo que se conduzia a análise da superfície terrestre, considerava-se o meio como mero produto da intervenção antrópica (HARTSHORNE, 1939).

Particularmente na ecologia da paisagem enfatizou-se o enfoque biocêntrico, considerando a paisagem como um mosaico de ecótopos: ecossistemas concretos localizados em um lugar definido, como células da paisagem. As unidades de classificação paisagística foram estabelecidas em escalas, desde a ecozona até o ecótopo (MATEO, 2002). A dinâmica da paisagem passou a ser considerada, então, como o tecido por qual fluía a energia, os nutrientes minerais e as espécies entre os ecossistemas (FORMAN, 1989). Tratava-se de uma geografia submetida à ecologia, na qual a presença humana se limitava à capacidade funcional para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas – complexo territorial produtivo. Os fatores perceptivos, éticos e estéticos do meio não entravam nos interesses de muitos ecólogos e ecogeógrafos, por se tratarem de considerações “subjetivas”. A partir da primeira década do século XX, e em face da ambiguidade que a falta de consideração do “fator antrópico” gerava, começou-se a falar da dimensão sociogeoecológica da paisagem, propondo-se a articulação entre uma tríade de categorias paisagísticas: *paisagem natural*, *paisagem social* e *paisagem cultural* (MATEO, 2002); não obstante, isso ocorria independentemente do fato de que, em sua origem epistêmica, tal tríade de paisagens era um só domínio ontológico.

Ao transcorrer os primeiros trinta anos do século XX, de forma paralela às propostas fragmentárias, emergiu uma potencial tendência a revincular os elementos paisagísticos, com especial atenção ao fator humano. Entre os primeiros estudiosos que pretenderam a reunificação, sobressaiu o geógrafo estadunidense Carl O. Sauer que, através de seu *Morfologia da paisagem* ([1925] 1995), retomou as abordagens da tradição geográfica alemã e reconheceu a pertinência do conceito, defendendo-o para a geografia física como uma unidade espacial formada por fenômenos interdependentes e considerando como tarefa do pesquisador encontrar a conexão ou a ordem desses fenômenos (SAUER, 1995). Por outro lado, o geógrafo alemão Carl Troll introduziu o termo *ecologia da paisagem* (TROLL, [1938] 2003) ao âmbito científico com o qual realizou a reavaliação do conceito, reconhecendo-o como uma unidade de espaço definida pela atuação conjunta de três componentes principais: o mundo abiótico – físico-químico –, o mundo biológico e o mundo humano. Assim se começava a gestar, ainda que lentamente, a rearticulação científica de paisagem.

Até a metade do século XX, na França, a chamada *Escola dos Annales*, encabeçada por Marc Bloch e Lucien Febvre, empreendeu uma série de estudos históricos que se vinculavam aos fatores sociais e ambientais. As primeiras pesquisas com esse enfoque foram a *História rural francesa*, de Bloch ([1931] 1976), e *A terra e evolução humana*, de Febvre (1925). Particularmente, os primeiros trabalhos de Bloch ressaltavam a ideia da uma paisagem atual que permitia contemplar suas etapas anteriores mediante uma perspectiva de conjunto ou monista, o que veio a ser um dos postulados da geografia retrospectiva (SANTOS, 2000). Porém, foi na



segunda geração dos *Anales* que uma geografia histórica, baseada em um modelo ecológico e sociocultural, foi consolidada. Tal proposta foi fundamentada por Fernand Braudel em sua magna obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (BRAUDEL, [1949] 1997). Braudel propôs estudos históricos em três tempos e escalas distintas: *a longa duração*, *o tempo médio ou conjuntura*, e *o tempo curto ou acontecimento*. Os últimos processos temporais eram considerados pelo próprio Braudel como meras “espumas” do imenso oceano da história. Em troca, os estudos de processos de *longa duração* permitiam reconhecer as ações e os pensamentos dos seres humanos diante das forças da natureza. Não se tratava de determinar a supremacia do meio sobre os seres humanos – como fazia o determinismo geográfico –, nem vice-versa; tratava-se de ponderar o valor histórico da paisagem no complexo devir da humanidade. A proposta braudelianiana teve seguidores importantes, que retomaram suas abordagens para realizar novas propostas, especificamente no campo da geografia histórica ou da história ambiental, tais como François Chevalier ([1956] 1999) ou Emmanuel Le Roy Ladurie (1977).

Neste contexto, cresceu o interesse por conhecer como os diversos povos se relacionavam com seu entorno. Assim, surgiram trabalhos fundamentais de pesquisadores aprofundados na temática, como Gordon Childe, Claude Lévi-Strauss, Mircea Eliade, Alfred Crosby, Karl Butzer e Philippe Descola, entre os mais destacados. O último, Descola (2001), insistiu no fato de que várias sociedades não separam o natural do cultural, evidenciando a referida separação como uma classificação tipicamente ocidental.

Em princípio da década de 1990, com as incertezas dos paradigmas da pós-modernidade e as influências dos debates dualistas e monistas da antropologia ecológica, a chamada Nova Geografia Cultural formulou seus objetivos, considerando não só as experiências materiais e imateriais da cultura, mas também, e de forma significativa, as características naturais da paisagem. Além de “sacudir” os geógrafos, retirando-os de sua aparente letargia, e propiciar o interesse geográfico pela alteridade, a virada cultural da geografia culminou em um convite aberto aos cientistas sociais a questionar a suposta dicotomia natureza-sociedade (CLAVAL, 1995; FERNÁNDEZ, 2005; FERNÁNDEZ, 2006). As percepções e as avaliações éticas, estéticas ou simbólicas da paisagem foram consideradas, desde então, como parte fundamental da pesquisa, pois seu escrutínio permitia conhecer sob quais critérios as diferentes sociedades evocavam, projetavam ou transformavam naturezas (VERAS, 1995).

Ante concepções extremas de cidades artificiais ou materializadas e as naturezas selvagens ou intocadas, o geógrafo Yi-Fu Tuan (2003) propôs refletir sobre as paisagens-meio –natureza com intervenções de coletividades humanas –, entendidas como obras culturais, mas às quais não se renega as raízes do mundo orgânico. Quer dizer, Tuan promovia a ideia, justamente, de um meio epistêmico.

Apesar dos esforços (re)integradores feitos por especialistas de diversos e diferentes campos científicos, há ao menos três enfoques paisagísticos: a *ecologia da paisagem* – fundamentalmente de viés biológico ou ecossistemático (FORMAN, 1986) –, a *geoecologia da paisagem* – inserida na geografia física e na ecogeografia (TRICART, 1965; SOCHAVA, 1972; MATEO, 2002) – e a *geografia cultural da paisagem* – focada na intervenção e percepção humana sobre o meio (CRANG, 1998; BRUNET, 2002; FERNÁNDEZ, 2006). O desafio dos estudos paisagísticos consiste, então, em explorar a paisagem sem adjetivos, mas considerando seu caráter monista, polissêmico e multivalente.

## Reflexões finais

Independentemente dos diferentes campos disciplinares, sem intenções de homogeneização de pensamentos, à luz do rompimento com as visões fragmentadas da realidade, a paisagem deve ser entendida como um conceito geográfico holístico. Desta maneira, é possível reconhecer as múltiplas influências que exercem os processos naturais e humanos – separados somente como artifícios científicos – na moldagem histórica. O presente desafio está na busca das formas mais adequadas que podem impedir sua fragmentação. As investigações híbridas ambientais não poderão superar sua parcialidade enquanto continuarem refletindo em termos de separação, contradição e confrontação entre fatos naturais e sociais (BERTRAND, 2006).

Por outro lado, as práticas interdisciplinares, institucionais ou espontâneas, mostraram suas próprias limitações, tanto teóricas quanto metodológicas, gerando discursos confusos e conceitos instáveis. Apesar disso, a interdisciplinaridade já é um exercício predominante e sem volta. No entanto, o olhar ao passado disciplinar, no caso da geografia, pode nos permitir a fabricação de elementos historicamente definidos, que por sua vez nos permitam mover com maior segurança entre os limites incertos e difusos dos campos híbridos. Nesse sentido, a paisagem é um conceito mais que pertinente e atual.

Como vimos, a paisagem não é a soma de elementos geográficos dispersos; é uma unidade geográfica holística, definida mediante um processo homeostático de seus componentes biofísicos e socioculturais. O desafio, agora, é superar o problema metodológico que esta concepção carrega ao mesmo tempo em sua dinâmica, sua tipologia e sua cartografia. Mas talvez o maior desafio esteja na reconsideração da perspectiva monista defendidas por algumas sociedades não ocidentais, o que poderia nos afastar dessa falsa dicotomia buscada pelo pensamento hegemônico e que, hoje, em nossas instituições acadêmicas, recorre aos caminhos cotidianos do laboratório. E, nessa mesma desconstrução em relação ao mesmo mundo em que vivemos e padecemos, o conceito de paisagem pode ser esclarecedor, não só para quem o estuda, mas também, e fundamentalmente, para quem dele padece. Como unidade monista territorializada, a paisagem requer ser visualizada sob a ótica de quem a produz e reproduz, a inova, a sonha e imagina, a goza e sofre diante dela – os locais –, e daqueles que a estudam ou interpretam de fora ou daqueles que tentam dominá-la sem fazer parte dela (URQUIJO, 2008a).

A discussão em torno dos alcances e limites da perspectiva da paisagem está crescendo e está aberta aos diferentes especialistas que veem nela um instrumento útil de análise. A paisagem é, finalmente, um palimpsesto interessante, que mostra a intervenção cultural de distintas coletividades humanas no devir; a imposição e superimposição de avaliações éticas e conotações estéticas no meio.

## Referências

- AGUILÓ, M. **El paisaje construido**. Una aproximación a la idea de lugar. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, 1999.
- BAKER, A. R. H. Introduction: on ideology and landscape. In: BAKER, A. R. H.; BIGER, G. (ed.). **Ideology and landscape in historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 1-14.

- BERQUE, A. El origen del paisaje. **Revista de Occidente**, n. 189, p. 7-21, 1997.
- BERQUE, A. Landscape and the overcoming of modernity – Zong Bing's principle. In: IGU Study Group. **The Cultural Approach in Geography**. Seúl, 2000.
- BERTRAND, C.; BERTRAND G. **Geografía del medio ambiente**. El sistema GTP: geosistema, territorio y paisaje. Granada: Universidad de Granada, 2006.
- BLOCH, M. **La historia rural francesa: caracteres originales**. Barcelona: Crítica, 1976.
- BRAUDEL, F. La larga duración. In: **La historia y las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1993, p. 60-106.
- BRAUDEL, F. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- BRUNET, R. Análisis de paisajes y semiología. In: GÓMEZ MENDOZA, J.; MUÑOZ JIMÉNEZ, J.; ORTEGA CANTERO, N. (ed.). **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza Universidad, 2002, p. 485-493.
- BUTTNER, A. **Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa**. Barcelona: Oikos-Tau, 1980.
- CHEVALIER, F. **La formación de los grandes latifundios en México: haciendas y sociedad en los siglos XVI, XVII y XVIII**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. París: Nathan, 1995.
- CONTRERAS, C. Pensar el paisaje. Explorando un concepto geográfico. **Trayectorias**, v. 7, n. 17, p. 68-69, 2005.
- CRANG, M. **Cultural geography**. London/New York: Routledge, 1998.
- DESCOLA, P. Construyendo naturalezas. Ecología simbólica y práctica social In: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (coord.). **Naturaleza y sociedad**. Perspectivas antropológicas. México: Siglo XXI, p. 101-123. 2001.
- ESCOBAR, A. Constructing nature: elements for a poststructuralist political ecology. In: PEET, R.; WATSS, M. (ed.). **Liberation ecologies**. Londres: Routledge, 1996, p. 46-68.
- ESCOBAR, A. After Nature. Steps to an Antiessentialist Political Ecology. **Current Anthropology**, v. 40, n. 1, 1999.
- FEBVRE, L. **La tierra y la evolución humana**. Introducción geográfica a la historia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.
- FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, F. Algunas fuentes para el estudio de la geografía cultural. In: TÉLLEZ, C.; OLIVEIRA, P. E. (coord.). **Debates en la geografía contemporánea: Homenaje a Milton Santos**. Zamora: El Colegio de Michoacán/Embajada de Brasil/Universidad Nacional Autónoma de México/Universidad de Guadalajara, 2005, p. 85-102.
- FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, F. Geografía cultural. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (ed.). **Tratado de Geografía Humana**. Barcelona: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2006, p. 220-253.
- FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, F.; GARCÍA ZAMBRANO, A. J. **Territorialidad y paisaje en el altepetl del siglo XVI**. México: Fondo de Cultura Económica / Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Geografía, 2007.

FERNÁNDEZ CHRISTLIEB, F.; URQUIJO TORRES, P. S. Los espacios del pueblo de indios tras el proceso de Congregación 1550-1625. **Investigaciones geográficas**, n. 60, p. 146-158, 2006.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley and Sons, 1986.

FROLOVA, M.; BERTRAND, G. Geografía y paisaje. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (dir.). **Tratado de Geografía Humana**. Barcelona: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2006, p. 258-259.

GARCÍA ROMERO, A.; MUÑOZ JIMÉNEZ, J. **El paisaje en el ámbito de la geografía**. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de Geografía, 2002.

GARCÍA ZAMBRANO, A. J. Antagonismos ideológicos de la urbanización temprana en la Nueva España. In: REDONDO GÓMEZ, M.; MELÉNDEZ CRESPO, A. (ed.). **Estudios históricos**. Arquitectura y diseño. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, 2000, p. 21-42.

GÓMEZ, A. L. La geografía humana: ¿de ciencia de lugares a ciencia social? **Geocrítica**, cuadernos críticos de geografía humana, v. 3, n. 48, 1983.

GÓMEZ SAL, A. La naturaleza en el paisaje. In: MADERUELO, J. (coord.). **Paisaje y pensamiento**. Madrid: Abada Editores, 2006, p. 83-106.

HARTSHORNE, R. The nature of Geography. A critical survey of current thought in the Light of the past. **Annals of the Association of American Geographers**, 1939, p 171-658.

HORNBORG, A. La ecología como semiótica. Esbozo de un paradigma contextualista para la ecología humana. In: DESCOLA, P.; PALSSÓN, G. (coord.). **Naturaleza y sociedad**. Perspectivas antropológicas. México: Siglo XXI, 2001.

HUSSERL, E. **La Tierra no se mueve**. Madrid: Universidad Complutense, 1995.

INGOLD, T. Culture and the Perception of the Environment. In: CROLL, E.; PARKIN, D. (ed.). **Bush Base. Forest Farm**. London: Routledge, 1992.

JACORZYNSKI, W. **Entre los sueños de la razón**. Filosofía y antropología de las relaciones entre hombre y ambiente. México: Cámara de Diputados/Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología/Porrúa, 2004.

LATOUR, B. **Science in action**. How to follow scientist and engineers through society. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

LE ROY LADURIE, E. The peasants of Languedoc, Illinois: University of Illinois Press, 1977.

LÓPEZ AUSTIN, A. **Cuerpo humano e ideología**. Las concepciones de los antiguos nahuas, tomo I. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas, 1996.

MADERUELO, J. **El paisaje**. Génesis de un concepto. Madrid: Abada Editores, 2006.

MATEO RODRÍGUEZ, J. M. **Geografía de los paisajes**. Primera parte: paisajes naturales. La Habana: Universidad de La Habana, 2002.

MILTON, K. Anthropology, culture and the environment. **International Social Science Journal**, n. 154, p. 477-495.

MILTON, K. **Environmentalism and Cultural Theory**. Exploring the role of anthropology in environmental discourse. Londres: Routledge, 1996.



- MORAN, E. Ecosystem ecology in biology and anthropology: a critical assessment. In: MORAN, E. (ed.), **The Ecosystem Approach in Anthropology**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.
- NASH, C. Landscapes. In: CLOKE, P.; CRANG, P. GOODWIN, M. (ed.). **Introducing Human Geographies**. London: Arnold Publishers, 1999, p. 217-225.
- OJEDA RIVERA, J. F. Percepciones identitarias y creativas de los paisajes marianos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 9, n. 187, 2005.
- ORTEGA CANTERO, N. **Geografía y cultura**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- PÁLSSON, G. Relaciones humano-ambientales. Orientalismo, paternalismo y comunalismo. In: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (coord.). **Naturaleza y sociedad**. Perspectivas antropológicas. México: Siglo XXI, 200, p. 80-100.
- RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Librairies Techniques, 1980.
- RAPPAPORT, R. A. Cerdos para los antepasados. El ritual en la ecología de un pueblo de Nueva Guinea. Madrid: Siglo XXI, 1997.
- RELPH, E. **Rational landscapes and humanistic geography**. London: Barnes and Noble Books, 1981.
- SANTOS, M. **La naturaleza del espacio**. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona: Ariel, 2000.
- SAUER, C.O. La morfología del paisaje. In: BOSQUE MAUREL, J.; ORTEGA ALVA, F. (coord.). **Comentario de textos geográficos**. Historia y crítica del pensamiento geográfico. Barcelona: Oikos-tau, 1995, p. 91-95.
- SAURÍ, D.; BOADA, M. Sostenibilidad y cultura campesina: hacia modelos alternativos de desarrollo rural. Una propuesta desde Cataluña. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 41, 2006, p. 315-328.
- SOCHAVA, V. B. The study of geosystems: the current stage in complex Physical Geography. **International Geography**, n. 1, p. 298-301, 1972.
- TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. **Ecology**, n. 16, p. 284-307, 1935.
- TRICART, J. **Principes et Méthodes de la géomorphologie**. Paris: Masson, 1965
- TROLL, C. Ecología del paisaje. **Gaceta Ecológica**. México: Instituto Nacional de Ecología, julio-septiembre, n. 68, p. 71-84, 2003.
- TUAN, Y-F. **Escapismo**. Formas de evasión en el mundo actual. Barcelona: Península, Atalaya, 2003.
- URQUIJO TORRES, P. S. Naturaleza y religión en la construcción de la identidad de los teenek potosinos. La perspectiva de paisaje. **Espacio Tiempo**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 1, 2008a.
- URQUIJO TORRES, P. S. **Paisaje, territorio y paisaje ritual: la Huasteca potosina**. Estudio de geografía histórica. 2008. Tese (Mestrado em História do México). Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas-Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo, 2008b.
- URQUIJO TORRES, P. S.; BARRERA BASSOLS, N. Natura vs. Cultura, o como salir de una falsa dicotomía: la perspectiva de paisaje. In: MANCILLA, J. D. (coord.). **Continuidades y rupturas en**



**la ciencia mexicana.** Morelia: Instituto de investigaciones Históricas- Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo, 2008.

VERAS, L. M. Do espaço a paisagem, da paisagem ao lugar: a Filosofia, as Ciências e as artes, como instrumentos de reflexão na conceituação sobre lugares urbanos. **Revista de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 103-114, 1995.

WATSUJI, T. **Antropología del paisaje.** Climas, culturas y religiones. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.

XIRAU, R. **Introducción a la historia de la filosofía.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.